

## BOLETIM

Maringá, 07 de outubro de 2020

### Reunião de representantes sindicais e secretário Marcel Micheleto.

A SEDUEM esteve presente na reunião com a Secretaria de Administração Pública, em 30 de setembro de 2020. Nesta reunião estavam os representantes sindicais que compõem o Fórum do Servidor Público (FES), o Secretário Marcel Micheleto e seus assessores.

O primeiro ponto abordado na reunião foi a **falta de diálogo** do Governo Ratinho Júnior, que com vários decretos e ações não teve a mínima preocupação em dialogar com os sindicatos, como por exemplo, quando expediu o decreto 4835 (congelamento de progressões e promoções) desencadeando ainda mais a avalanche de perdas de direitos que marcam essa gestão.

Outro ponto tratado na reunião foi a **perícia médica** e o descaso com a saúde do servidor público. O período da pandemia só piorou essa situação que já vinha se agravando. O FES reivindicou uma Comissão de Saúde e o SEAP para que o atendimento da perícia médica seja mais humanizado. Neste sentido, o assessor do secretário, Lizandro, comprometeu-se a modificar a composição da Comissão de Saúde ampliando a participação do Fórum do Servidor Público e fazendo a contratação de mais médicos peritos por vias terceirizadas. Informaram que haverá retorno presencial paulatino dos médicos na agência de Maringá, nos primeiros dias de outubro.

Outro tema abordado foram os decretos relativos ao **teletrabalho (assunto tratado em detalhes no boletim do dia 28 de setembro da SEDUEM – [www.sesduem.com.br](http://www.sesduem.com.br))**. O FES, na voz de todos os representantes sindicais, deixou bem claro ao secretário e seus assessores que não aceita a perda de direitos. O secretário Michel Micheleto coloca que esta questão do teletrabalho está em debate e será apresentada no pós pandemia. Disse, também, que no momento da pandemia essa discussão será regulamentada pela Secretaria da Saúde. Novamente o FES reforça que não há nenhum canal de diálogo para essa questão e que há necessidade de um despacho da SEAP orientando o protocolo do retorno apenas de serviços essenciais, tendo em vista que o governo aventa a possibilidade de retorno presencial às atividades, pois estamos muito longe de uma situação de normalidade e, por isso, a necessidade do isolamento social. Também houve alguns relatos de situações de agentes universitários, em algumas IEES, que apontaram que as chefias diretas não estão mantendo o protocolo do isolamento social, sendo necessária a ação da SEAP.

Por fim, o FES cobrou a agilidade do Governo em cumprir a Lei do Piso Mínimo do Paraná, implementando-a na folha de pagamento.

# Em defesa dos Serviços Públicos!

# SEDUEM! Filie-se!